

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E... INSUCESSO ESCOLAR: DE QUEM É A CULPA?

Lenir Maria Rossarola¹

RESUMO

O artigo propõe refletir sobre Letramento, tema amplo e importante, através de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de responder à pergunta “de quem é a culpa?”, em relação à existência, no Brasil, de deficiência neste campo, pelo fato de o insucesso escolar persistir. Muitas vezes a culpa é imputada à escola, porém há uma série de outros questionamentos para, de certa forma, justificar o insucesso escolar em determinados pontos. Assim, inicialmente, foram detalhados alguns conceitos indispensáveis ao estudo: alfabetismo, analfabetismo, letramento, eventos e práticas de letramento. A seguir, foram analisados alguns dados do INAF 2001. Após, fixamos o olhar para então procurar “culpados” do insucesso escolar. Ainda, fizemos referência à formação do professor e à necessidade de o professor ser um agente de letramentos.

Palavras-chave: Letramento. Insucesso escolar. Agente de letramento.

ABSTRACT

The article proposes to reflect about reading & writing teaching, a huge and important subject, through bibliographic research, with the objective to answer the question “whose fault is this?”, in relation to the existence of the deficiency in this subject, in Brazil, because the school failure insists. Most of the time, the failure’s fault is pointed at school; however, there are a bunch of other questions to, in a certain way, justify the school’s failure in determined points. It is a bibliographic research. First, indispensable concepts to the study were detailed: literacy, illiteracy, reading & writing teaching, event and reading & writing teaching practices. Then, INAF 2001 information was analyzed. After that, we changed our point of view to look for the school failure “culprits”. Yet, we referred to teacher’s formation and to the necessity of the teacher to be a reading & writing teaching agent.

Keywords: Literacy. School failure. Reading & writing teaching agent.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas questões escolares, muitos estudos estão voltados à análise de pontos sobre alfabetização e letramento. Embora haja tais estudos, ainda há muito para refletir a respeito. Desde as questões conceituais que os autores demonstram preocupação em esclarecer. E, a partir das conceituações, seguem-se as análises. Há um campo vasto a explorar.

Enquanto a academia se volta aos estudos sobre alfabetismo e letramento, os professores, nas escolas, talvez desconheçam inclusive o conceito de letramento. E, ouvimos

¹ Aluna do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS/UFSC. E-mail: lenir.rossarola@ufsc.br,

que a escola falha na formação de leitores e em tantos outros quesitos. Fala-se em insucesso nas escolas brasileiras para justificar o baixo nível de letramento. Mas, afinal, o insucesso escolar dá-se por falha de quem? De quem é a culpa?

Talvez o termo “culpa” seja um tanto quanto forte, porém é inegável que temos problemas, basta saber de que ordem. Seria a escolarização? O professor e sua formação? A questão político-social? A família? Ou, quem sabe, um conjunto de fatores que passa pelos “culpados” referidos acima?

Merece olhar apurado o resultado da pesquisa do INAF (indicador de qualidade da educação) na tentativa de se chegar a alguma resposta. Há interessantes e importantes análises possíveis que elucidam, em parte, o fato de termos, no Brasil, parcela significativa da população como analfabetos e com alfabetismo rudimentar (nível 1). A escola é apontada como responsável por não conseguir trabalhar com práticas de letramento. O insucesso escolar é ponto crucial de estudos por ser um problema que persiste através dos tempos.

A sociedade exige certo nível de letramento para determinadas situações sociais, para a empregabilidade, para comportamento social adequado às situações de comunicação, então há que se preparar a população para que adquira letramento suficiente para uma vida digna e feliz. E será que os professores têm formação para dar conta? As universidades estão formando profissionais capazes de dar conta? Será que é papel da escola tão somente? É papel da família? Da sociedade? São tantos os questionamentos!

Este artigo pretende tão simplesmente levar ao debate certos pontos relevantes na questão do letramento, focando em análises conceituais, remetendo a alguns dados colhidos na pesquisa do INAF² 2001, bem como tecendo comentários sobre o insucesso escolar.

Detectar as origens do problema é um passo para a revelação da resposta à pergunta “de quem é a culpa?”. É a partir desta questão-chave que nos aventuramos a refletir sobre letramento. Assim distribuímos as reflexões no presente artigo em 3 seções: 1. Conceituações; 2. Análise de dados apontados pelo INAF; 3. Insucesso escolar: de quem é a culpa?. Após, para finalizar, tecemos algumas considerações, mesmo sem garantia de respostas precisas sobre o assunto.

² INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, ano de 2001, pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro em parceria com a Ação Educativa.

2 CONCEITUAÇÕES

Para a localização mais pontual dos problemas relacionados ao insucesso escolar e para a compreensão mais exata das reflexões contidas no corpo deste artigo, é indispensável tratar de alguns conceitos. Para tal fim, citaremos também alguns autores e faremos algumas considerações a partir do INAF.

Esta seção está organizada em 3 subseções: a primeira subseção busca esclarecer alfabetismo e analfabetismo; a segunda, refere-se ao conceito de letramento; e, a terceira, traz as diferenças entre eventos e práticas de letramento. Assim, encontraremos algumas considerações a respeito de: alfabetismo, analfabetismo, letrado, iletrado, letramento, escolarização, letramento social e letramento escolar, eventos de letramento e práticas de letramento.

3 ALFABETISMO E ANALFABETISMO

No Brasil do século XXI, ainda enfrentamos o fantasma do analfabetismo. Temos 9 % da população que não sabe ler nem escrever, segundo dados do INAF de 2001. Na atualidade, a palavra analfabeto é até, de certa forma, pejorativa. Então, qual é o termo apropriado? Alfabetismo ou Analfabetismo? Há diferença de sentido? Qual?

As definições, a seguir, podem vir a clarear a questão. Analfabeto é aquele que não conseguiu aprender a ler e escrever, enquanto alfabetizado é aquele que aprendeu leitura e escrita. Alfabetismo é o estado ou condição daquele que está alfabetizado, aquele que lê e escreve e, por outro lado, analfabetismo é o fato de não adquirir condições de leitura e escrita. Mas, de fato, estes conceitos não remetem a dúvidas, não são complexos.

Alfabetização é um vocábulo que mereceu análises. Foi conceituado por Magda Soares³ como: “processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e para escrever, ou seja, o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas

³ SOARES in: **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001.**

– para exercer a arte e ciência da escrita”. Em outras palavras, resumindo o conceito, podemos dizer que o sujeito alfabetizado é aquele que domina as técnicas do ler e do escrever.

Freire e Macedo (2011, p. 7) apontam os problemas de um país de Terceiro Mundo (como é o Brasil) com a questão do analfabetismo:

O analfabetismo não só ameaça a ordem econômica de uma sociedade, como também constitui uma profunda injustiça. Essa injustiça tem graves consequências, como a incapacidade dos analfabetos de tomarem decisões por si mesmos, ou de participarem do processo político. Desse modo, o analfabetismo ameaça o caráter mesmo da democracia. Solapa os princípios democráticos de uma sociedade. FREIRE E MACEDO (2011, p. 7).

Tão grande é a evolução da língua que, por exemplo, a UNESCO considerava, no ano de 1958, alfabetizado aquele que era capaz de ler e escrever com compreensão um enunciado curto e simples sobre sua vida, sobre seu cotidiano. Hoje, este indivíduo estaria classificado em um nível baixíssimo de alfabetismo. A sociedade evoluiu e as exigências são outras.

As pesquisas realizadas através do Censo verificam o número de analfabetos, e como este é uma coleta de dados muito popular, o termo analfabeto se firmou por anos e anos. Não havia necessidade de outro termo, este supria a necessidade vigente de definição. Porém, surge uma nova necessidade social e adotou-se o termo alfabetismo, com uma visão talvez mais positiva, em pesquisas como o INAF.

Ao conceituar alfabetismo, precisamos considerar o dinamismo da língua, por ser resultado de transformações sociais, e a sociedade vive em constante transformação. Soares (1998, p. 45-46, *apud* ROJO, 2009, p. 45) pontua:

[...] à medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia: não basta aprender a ler e escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita [...]

O INAF classifica o alfabetismo em níveis como consta em Ribeiro (2003, p. 16 e 18, *apud* ROJO, 2009, p. 46-47): analfabeto (não conseguem decodificar palavras nem frases); nível 1 – alfabetismo nível rudimentar (localizam informações explícitas em textos curtos); nível 2 – alfabetismo nível básico (localizam informações em textos de extensão média); e, nível 3 – alfabetismo nível pleno (conseguem ler textos longos, localizar-se em títulos e subtítulos, relacionar partes do texto, comparando textos e inferindo informações). A autora aponta falha: a leitura crítica não está contemplada nem no nível 3.

Alfabetismo, várias vezes, foi confundido com letramento, ora como sinônimos ora como antônimos. O que vale é que o conceito abarcou os eventos e práticas sociais, ou seja, no sentido de significar a aquisição do estado ou condição e apropriação da leitura e da escrita, incorporando às práticas sociais. Por isso, por algum tempo este foi o termo adotado para designar essa nova abordagem, dada pelas condições de vivência social, uma vez que não havia nos dicionários o termo letramento.

Os conceitos de alfabetismo e letramento remetem a dúvidas, tornam-se mais complexos quando pensamos na evolução social da língua, na transformação de sentidos.

O termo alfabetismo abriu portas ao termo letramento, de certa forma, isto por que ao questionar questões de alfabetismo, surge a necessidade de fato do termo letramento. A sociedade se torna palco de exigências maiores em situações de comunicação, percebe-se que já não basta ler e escrever, mas é necessário também apropriar-se dos conhecimentos da leitura e da escrita para agir em sociedade. Assim, a palavra letramento se firma.

3 LETRAMENTO

Letrado e iletrado são as palavras constantes no dicionário e com as quais já estamos familiarizados. A primeira significa versado em letras e, a segunda, que não tem conhecimentos literários. O letrado é erudito. Já a palavra letramento não faz parte de nenhum dicionário de Língua Portuguesa. Os autores a utilizaram, nos anos de 80-90, digamos assim, com grande cautela.

Segundo SOARES (2012, p. 18), letramento é “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. A autora coloca a origem da palavra letramento, vinda de *literacy*, significando estado ou condição apresentado por uma pessoa ou grupo social com demonstração de apropriação da escrita.

Podemos afirmar que o indivíduo analfabeto pode ser letrado. Sim. No caso de alguém, por exemplo, ler o jornal a ele, ler livros, etc. Este indivíduo pode desenvolver competências que o classifiquem como letrado, por que participa das práticas sociais de leitura e escrita. Mas, deixamos estas análises para outro momento e seguimos na conceituação de letramento.

A palavra letramento, como tecnologia do ler e do escrever, coloca Soares (2012, p. 32-33), é agregada ao vocabulário brasileiro na 2ª metade dos anos 80. Ingressa nas rodas de estudos, no Brasil, com Mary Cato, em 1986, na página 7 da obra **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. Depois, apareceu, em 1988, na introdução do livro de Leda Verdiani Tfouni intitulado **Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso**. E, em 1995, Ângela Kleiman utiliza o termo letramento já no título de sua obra **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**.

Letramento é o exercício efetivo e com competência da leitura e da escrita, implicando em várias práticas sociais e escolares na inserção do indivíduo no campo letrado. Seria um contraponto com o termo alfabetização? Alfabetização e letramento sofrem diferentes interpretações, são processos um pouco distintos, porém interdependentes e indissociáveis. Vale analisar uma colocação esclarecedora, obtida em nota de rodapé, na obra organizada por Ribeiro (2002, p. 90-91):

Antes do surgimento da palavra letramento, e ainda hoje, usava-se/usa-se apenas a palavra alfabetização para referir-se à inserção do indivíduo no mundo da escrita, tornando-se sempre necessário, neste caso, explicar que por “alfabetização” não se estava/ está entendendo apenas a aquisição da tecnologia da escrita, mas, mais amplamente, a formação do cidadão leitor e escritor. O uso da palavra letramento vem distinguir os dois processos, por um lado garantindo a especificidade do processo de aquisição da tecnologia da escrita, por outro lado atribuindo não só especificidade, mas também visibilidade ao processo de desenvolvimento de habilidades e atitudes de uso dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita. RIBEIRO (2002, p. 90-91).

A autora ainda afirma que alfabetização, enquanto aquisição da tecnologia da escrita, não se trata de pré-requisito para o letramento, isto por que quando ocorre participação em situações de práticas sociais de uso da escrita não há necessidade da aquisição da escrita, tanto é fato que analfabetos podem apresentar certo nível de letramento, resultado dos contatos sociais, das interações com outros indivíduos letrados.

A escola, em seu papel, procura alfabetizar e proporcionar práticas de letramento. Tais práticas diferem do letramento social ou não escolar, trata-se aqui de letramento escolar, através de atividades de letramento construídas com o intuito de ensinar. Entra o professor e sua formação para preparar o aluno para atuar na sociedade, propondo atividades práticas voltadas à leitura e produção escrita, muitas vezes, um tanto quanto técnicas, muitas vezes recorrendo à mera transposição didática. A verdade é que é na escola que os indivíduos são geralmente alfabetizados e que adquirem conhecimento com práticas escolares de letramento: é o processo de escolarização.

A escolarização da escrita enquanto objeto de ensino-aprendizagem prevê um processo que reconhece as práticas sociais, porém que acrescenta a estas as práticas escolares de leitura e de escrita. A tecnologia da leitura e da escrita cabe à escola ensinar, é assim que a sociedade demonstra pensar, pois as famílias enviam as crianças à escola para aprenderem a ler e a escrever. Mas, cabe à escola também e muito permitir ao aluno também a aquisição de práticas de letramento escolar. É grande a responsabilidade da escola, e mais diretamente, dos professores que têm esta função a desempenhar: promoção de práticas e eventos de letramento.

Para refletir sobre a complexidade em conceituar o termo letramento, encerramos com as palavras de Kleiman (1995, p. 19) a respeito da definição de letramento:

Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos (cf. Scribner e Cole, 1981). As práticas específicas da escola que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função desta definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita. KLEIMAN (1995, p. 19)

Para complementar, colocamos mais 2 conceitos de letramento. Kleiman (1995, p.11, *apud* Baltar, Cerutti-Rizzatti e Zandomenego, 2011, p. 17), conceitua letramento “[...] práticas sociais cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder”. E, um pouco diferente, Soares (1998, p. 39, *apud* Baltar, Cerutti-Rizzatti e Zandomenego, 2011, p. 17) conceitua como “[...]estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita”.

Na próxima seção, vamos analisar semelhanças e diferenças entre eventos e práticas de letramento ou se ambos os conceitos estão inter-relacionados.

4 EVENTOS E PRÁTICAS DE LETRAMENTO

O fenômeno do letramento trouxe dois componentes que merecem um olhar especial: os eventos e as práticas. Segundo Ribeiro (2003, p. 105), práticas e eventos “são duas faces da mesma realidade”. Ela coloca que a distinção é apenas metodológica. Situações de natureza cultural e social aparecem em eventos e em práticas de letramento. A autora segue pontuando sobre evento de letramento, fazendo referência ao conceito trazido por Heath (1982, p. 93): “[...] designam-se as situações em que a língua escrita é parte integrante da natureza da interação entre os participantes e de seus processos de interpretação [...]”. Ainda, para esclarecer as práticas de letramento, a autora mencionou o que pontua Street (1995, p. 2): “[...] designam-se tanto os comportamentos exercidos pelos participantes num evento de letramento quanto as concepções sociais e culturais que o configuram, determinam sua interpretação e dão sentido aos usos da leitura e/ou da escrita naquela particular situação”.

O conceito de prática leva à interpretação do evento. As diferenças estão mais claras quando analisamos eventos e práticas de letramento social e eventos e práticas de letramento escolar. Procurando diferenças, podemos afirmar que o evento é uma situação de letramento, natural na convivência entre indivíduos em seu cotidiano, por exemplo: a escrita de um recado deixado na porta da geladeira ou um diálogo entre amigos. Já, as

práticas de letramento aparecem carregadas de intencionalidade no comportamento dos indivíduos, considerando as questões sociais e culturais as quais dão sentido ao uso da leitura e da escrita. O que é inegável é que ambos os conceitos estão imbricados nas questões de letramento e que um precisa do outro.

Barton, Hamilton e Ivanovic (2000, p. 17) destacam os elementos básicos dos eventos e práticas de letramento:

Elementos visíveis nos eventos	Constituintes não visíveis das práticas
Participantes: pessoas que podem ser vistas interagindo com textos escritos	Participantes ocultos: outras pessoas ou grupos envolvidos em relações sociais de produção, compreensão, circulação, na regulação de textos escritos
Ambientes: circunstâncias físicas imediatas em que a interação se dá	O domínio de práticas dentro das quais o evento acontece, considerando seu sentido e propósito sociais (discurso)
Artefatos: ferramentas materiais envolvidas na interação (incluindo os textos)	Todos recursos trazidos para a prática, incluindo valores como saberes, habilidades, sentimentos compreensão, valores e ideologias, propósitos, relação de poder
Atividades: ações realizadas pelos participantes no evento	Rotinas estruturadas e trajetos que facilitam ou regulam ações: quem pode ou não engajar-se em atividades

Ao defender a pesquisa etnográfica para avaliar o letramento, Street (2003)⁴ distingue o modelo autônomo do ideológico. Segundo ele, o modelo autônomo de letramento não considera as questões de ordem cultural e ideológica, como se estas fossem neutras e universais. Por outro lado, o modelo ideológico de letramento carrega maior sensibilidade quanto às questões culturais e sociais, pois estas variam de um contexto a outro. Assim o autor deixa claro que “o letramento é uma prática de cunho social, e não meramente uma habilidade técnica e neutra”.

Ainda, o autor ao tratar da abordagem social e ideológica do letramento diz optar por trabalhar com o conceito de práticas de letramento, pois esta contempla os eventos e

⁴ Palestra na Teleconferência Unesco Brasil sobre “Letramento e diversidade”.

valoriza a influência social e cultural. O evento permite analisar uma situação específica com diálogo, escrita ou leitura, portanto, importante, mas é uma visão ingênua, como se bastasse ler e escrever para enfrentar as situações sociais. Quanto às práticas de letramento, diz Street (2003) “referem-se a esse conceito cultural mais amplo das formas de pensar e de fazer a leitura e a escrita dentro dos contextos culturais”. Assim, ele deixa clara a preferência por utilizar o termo prática em suas pesquisas.

O modelo autônomo lembra a educação bancária de Freire, tanto criticada. Este modelo não considera a escrita como prática social, segundo Baltar, Cerutti-Rizzatti e Zandomenego (2011, p. 27-28) é o modelo:

[...] praticado principalmente nos bancos escolares, tratando-se de atividades descontextualizadas, assépticas, de leitura e produção de textos escritos, consideradas blocos completos em si mesmos, objetos de ensino padronizados, com prevalência da lógica dos conteúdos. São práticas sem conexão com os contextos de produção de linguagem – sem história – sem conflito, que estão focadas no aprendizado da – norma padrão/culta – língua escrita, privilegiando competências cognitivas individuais, marginalizando ou apagando a historicidade de pessoas que não têm “acesso” a ela, desconsiderando fatores e contextos políticoideológicos e socioeconômicos. BALTAR, CERUTTI-RIZZATTI E ZANDOMENEGO (2011, p. 27-28).

Os eventos e práticas de letramento remetem a outros pontos importantes ao contexto social e ao contexto escolar, tratando-se então de eventos e práticas sociais de letramento e eventos e práticas escolares de letramento. O que é indiscutível é a importância de ambos para a vida em sociedade. Podemos acrescentar ainda que, quando falamos em letramento, podemos considerar, de fato, letramentos, uma vez que são diversos os eventos e práticas. Conforme coloca Rojane (2009): “letramentos múltiplos”.

5 ANÁLISE DE DADOS APONTADOS PELO INAF 2001

Há várias formas de avaliação realizadas no âmbito escolar para coleta de dados sobre conhecimentos, como: SAERS⁵ e SAEB⁶. Há também, para avaliar conhecimentos, o

⁵ Saers - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul.

⁶ Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Enem⁷ e o Pisa⁸. Ainda, fora do âmbito escolar, os resultados das pesquisas do Censo⁹ são os mais conhecidos indicadores. Mas, para o interesse deste estudo, os dados do INAF são suficientes. Alguns dados registrados na pesquisa do INAF, em 2001, são de extrema relevância para o que pretendemos neste artigo.

Ribeiro (2003) organiza uma coletânea de artigos escritos com relação aos dados colhidos na pesquisa do INAF 2001, uma pesquisa desvinculada do contexto escolar. O INAF 2001 entrevistou uma amostra de 2000 pessoas, com idade entre 15 e 64 anos, avaliando práticas de letramento escolar em teste com 20 questões e entrevista. O teste foi pensado de acordo com este fim, analisando o alfabetismo através de situações de usos da leitura e da escrita na vida em sociedade dentre outros pontos.

Vamos destacar os números mais gritantes que Abreu (2003) coloca. Sobre gostar de ler: 67% das pessoas entrevistadas dizem gostar de ler para passar o tempo e 89 % veem nos livros um meio eficaz de transmissão de ideias, demonstrando que a importância do ato de ler já é reconhecida. Sobre escolaridade dos leitores: Maior número de leitores está nos universitários, 62%, e no Ensino Médio 40%, demonstrando que quanto maior o tempo escolar, maior é o número de leitores. Sobre quem influenciou: 37% recebeu influência de um professor e 36% da mãe ou de alguém do sexo feminino, o que nos faz pensar, também pelo fato de o número de professoras nas escolas ser superior ao de professores, é que os que mais influenciam leitores são, na verdade, leitoras.

Quanto à relação do gosto pela leitura e o poder econômico: 42% pertencem às classes A e B. Quanto às residências com maior número de impressos: 93% nas classes A e B e 99% nas casas de universitários ou que passaram por cursos de nível superior. Dá para inferir que quanto maior a classe econômica e o nível escolar, maior o número de livros e de leitores. O estranho foi descobrir que havia material impresso nas casas dos analfabetos inclusive e que, nestes casos, os livros religiosos são encontrados nas casas. Quem lê estes livros? Há dicionários nas casas de 34% dos analfabetos, quem consulta? Metade dos

⁷ Enem - Exame Nacional do Ensino Médio.

⁸ Pisa - Programme for International Student Assessment (Pisa) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

⁹ Censo – censo demográfico, pesquisa sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

entrevistados compra o que quer ler, outros 8% vão a Bibliotecas, demonstrando que não há preferência por estes espaços.

A pesquisa mostra e, no artigo de Serra (2003, p. 83-84), aparecem os índices: 30% não gostam de ler para passar o tempo ou por lazer. Em todas as classes econômicas há quem goste ou não de ler. O certo é que para a vida em sociedade e o êxito profissional, as práticas de leitura e escrita são muito importantes. Veja o que a autora diz a respeito:

[...] para alcançar a justiça social, todos devem desfrutar das mesmas condições, não só materiais mas também imateriais, como é o caso da leitura, para desenvolver habilidades e capacidades intelectuais e afetivas que possibilitem uma vida digna e feliz. A leitura e a escrita se apresentam, no mundo de hoje, como absolutamente imprescindíveis para alcançar tal objetivo. Não só para melhorar a própria vida, mas para que cada cidadão, com maior domínio sobre o texto escrito, possa contribuir para a melhoria de toda sociedade. Poder expressar e saber desenvolver ideias com clareza são instrumentos básicos para melhorar o mundo à nossa volta. SERRA (2003, p. 83-84).

No artigo de Ferraro (2003, p. 205) está a classificação da população pesquisada em níveis de alfabetismo. Das 20 questões da entrevista do INAF: temos 9% de analfabetos, com 0 a 2 acertos; 31% no nível 1 de alfabetismo, com 3 a 9 acertos; 33% no nível 2 de alfabetismo, com 10 a 15 acertos; e 26% no nível 3 de alfabetismo, com 16 a 20 acertos. São números alarmantes. É grande a parcela da população considerada analfabeta e no nível rudimentar de alfabetismo. Por isso, é tão importante buscar onde está a falha e com quem.

Sem a pretensão de encontrar de fato respostas exatas à pergunta “de quem é a culpa?”, na seção a seguir, pretendemos refletir sobre diversos aspectos que colaboram com o insucesso escolar.

6 INSUCESSO ESCOLAR: DE QUEM É A CULPA?

No Brasil, no século XXI, ainda encontramos 9% da população de analfabetos. Este número tende a ser reduzido com o passar dos anos, até a erradicação completa do analfabetismo. Esta é uma preocupação que se estende há bastante tempo. Mas, há outros

pontos a considerar uma vez que a pesquisa do INAF 2001 apontou muitos brasileiros no nível rudimentar de alfabetismo. De quem é a culpa?

O insucesso escolar é ponto crucial de estudos por ser um problema que persiste através dos tempos. Os índices apontados em pesquisas são preocupantes, embora o analfabetismo tenha sido reduzido consideravelmente, o que vemos é um número significativo de alfabetizados. Mas, se considerarmos os índices em cada nível de alfabetismo, podemos perceber que ainda há muito trabalho pela frente.

Baltar (2012)¹⁰ propõe que o professor de Português morra e seja substituído pelo agente de letramento. Segundo ele, o agente seria um profissional que: “trabalharia descortinando para seus alunos práticas discursivas situadas nas diferentes esferas sociais, descortinando os modos típicos e recorrentes de concretização dessas práticas, isto é, os gêneros textuais/discursivos orais e escritos”. E que tal focar em todo corpo docente? Afinal, o ensino da Língua Portuguesa não cabe apenas ao professor de Português.

À escola cabe alfabetizar, ainda nos primeiros anos de escolarização, mas ler e escrever são tarefas para serem aprendidas na escola ou em outras situações de interação que envolva práticas de leitura e escrita, pontua Magda Soares (2003, p. 94). As dificuldades de uso competente da língua escrita, ou seja, os problemas de falta de letramento são percebidos nos anos escolares subsequentes, o que não quer dizer que seja um problema exatamente da escola ou da escolarização.

Se quanto maior o tempo na escola, maior o nível de letramento do indivíduo, então o letramento escolar é superior ao letramento social? Quanto à questão, Magda Soares (2003) escreve:

[...] letramento escolar e letramento social [...] são partes dos mesmos processos sociais mais amplos, o que explicaria por que experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita proporcionadas pelo processo de escolarização acabam por habilitar os indivíduos à participação em experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita no contexto social extraescolar. SOARES (2003, p. 94)

Conforme Kleiman, (1995, p. 20) há várias agências de letramento, a escola é uma delas:

¹⁰ In: FIGUEIREDO, Débora. et al (Orgs.) **Sociedade, Cognição e Linguagem**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita. Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das *agências de letramento*, preocupa-se, não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência *individual* necessária para o sucesso e promoção na escola. Já outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes. KLEIMAN (1995, p. 20) (grifos da autora)

A culpa seria da escolarização? Sim, talvez, se esta não dá conta de trabalhar com práticas de letramento. As escolas não têm planos para a Biblioteca muitas vezes, nem pessoal para trabalhar neste setor. A escolarização prevê práticas escolares de leitura e escrita. A tecnologia da leitura e da escrita cabe à escola ensinar, através de práticas (sem desconsiderar os eventos) de letramento escolar (sem desconsiderar o letramento social). O modelo de letramento deveria ser o ideológico, porém o que vemos é ainda o autônomo. Por outro lado, quanto mais tempo na escola, maior o nível de letramento, aponta a pesquisa. São vários ângulos a analisar antes de culpar a escolarização.

Seria do professor e sua formação? Sim, talvez, isto porque a maioria dos professores não recebe ou receberam pouca orientação na formação universitária e não realizam cursos de aperfeiçoamento, de atualização. Os gestores escolares preferem não liberar seus professores, pensando em não faltar pessoal para atender aos alunos, assim não liberam para qualificação. A formação continuada não é prioridade, pois ainda há os cursos gratuitos online, possíveis de se realizar cursos em qualquer tempo e espaço (EaD – Educação a Distância). Os professores deveriam se comportar como agentes de letramento, e isto, muitas vezes, não se confirma. Os professores deveriam ser e formar leitores, porém, repetidas vezes, eles não agem com ânimo para repensar sua didática ou não se qualificam, não leem e nem procuram formar leitores; mesmo assim, não parece ser o suficiente para serem os únicos culpados do insucesso escolar.

Seria a questão político-social? Sim, talvez, pois os investimentos em educação deixam a desejar. Hoje, temos programas de governo que incentivam a colocar as crianças na escola (cada filho menor frequentando a escola é um salário do bolsa-família a receber), a escalar o primeiro emprego com qualificação (Pronatec - Programa Nacional de acesso ao

Ensino Técnico e Emprego), a cursar nível superior sem precisar pagar mensalidade (ProUni – Programa Universidade para Todos) dentre tantos outros incentivos que visam facilitar o ingresso universitário (Enem, sistema de cotas). Então, também não podemos afirmar ser a falta de investimentos ou a questão político-social o fator determinante de culpa do insucesso escolar.

A família? Sim, talvez, a família por vezes é tão ausente. A sociedade vive freneticamente envolvida pela necessidade de trabalho que reverte em finanças. Na família onde o casal trabalha fora, mais poder aquisitivo terá. Assim, muitos pais se ausentam em função do emprego. Ainda, os novos padrões sociais ou estrutura familiar influencia demais (pais separados, filho estudando fora, casais homossexuais). Ainda, os pais andam sem tempo para acompanhar a vida escolar de seus filhos, para sentar e realizar as tarefas de casa junto com os filhos. Assim, a família ser responsabilizada pelo insucesso escolar também não parece ser a melhor opção.

Pode ser um problema de dominação do letrado sobre o iletrado. O dominado é tão frágil que não se mobiliza para buscar as mesmas condições do dominante. Sobre esta questão da cultura dominada, nos estudos sobre alfabetização, Freire e Macedo (2011, p. 231) pontuam: “Num determinado momento, nessa relação entre dominadores e dominados, alguma coisa se quebra. E à medida que outras coisas mais também se vão quebrando, elas provocam a mobilização. [...]”. Talvez falte ainda chegar ao limite para que haja mudanças.

Então, afinal, de quem é a culpa? Enquanto refletimos, a escola segue fracassando em diversos pontos. Apontá-la como culpada pelo insucesso escolar não resolve a questão. Acreditamos que, de fato, o insucesso escolar é resultado de um conjunto de fatores que passa por todas as agências de letramentos comentadas no corpo deste artigo e talvez por outras não citadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto em países desenvolvidos as avaliações de letramento acontecem pela análise da escolarização, no Brasil, ainda estamos preocupados com os índices de

analfabetismo. Também nos preocupamos com escolarização através de práticas de letramento para tirar o peso do insucesso escolar. Mas não são analisados os níveis de escolarização para fins de mensurar a qualidade da educação.

A escola é uma grande agência de letramentos, porém ainda está muito atrelada a modelos autônomos de letramento. A preocupação está muito ainda voltada à alfabetização em detrimento do letramento. A responsabilidade é grande, o comprometimento talvez nem tanto e, a formação, deficitária. É um composto de fatores que leva o processo de escolarização a ser deficiente para garantir a formação de um indivíduo através de eventos e práticas de letramento, considerando o modelo ideológico de letramento.

Os professores, principalmente ligados à Educação Infantil, falam muito em alfabetização, porém deveriam abarcar a preocupação com relação ao letramento também. Ainda, os professores que se preocupam com a questão do letramento acabam trabalhando, de forma equivocada, somente com o modelo autônomo.

Talvez pela formação acadêmica insuficiente, ou pela falta de formação continuada que lhes dê segurança para tratar de letramentos, ou por falta de interesse mesmo, ou pelo conjunto destes fatos, os professores não trabalham com práticas de letramentos em sala de aula. E isto é fator crucial na crucificação da escola como responsável pelos índices negativos nas pesquisas e, portanto, do insucesso escolar.

Os professores, não somente os de Língua Portuguesa, mas de toda e qualquer área, precisam deixar de ser simplesmente professores e serem agentes de letramentos. Mesmo assim, não há garantia de alavancar índices positivos em certos pontos de análise do alfabetismo funcional.

Procuramos os “culpados” pelo insucesso escolar através de reflexões sobre as diversas agências de letramento e chegamos à conclusão de que, na verdade, não há um culpado e sim um conjunto de fatores relacionados a cada agência de letramento para assumir a culpa. Acreditamos que há a necessidade de ações coletivas para melhorar índices de alfabetismo, considerando a importância do letramento para uma vida justa em sociedade. E, de forma alguma, retiramos a culpa da escola e do processo de escolarização.

REFERÊNCIAS

BALTAR, Marcos. A morte do professor de Português e o nascimento do agente de letramento: mudança de conteúdos na escola e mudança de currículos na universidade. In: FIGUEIREDO, Débora. et al (Orgs.) **Sociedade, Cognição e Linguagem**. Florianópolis: Editora Insular, 2012. p. 305-316.

BALTAR, Marcos, CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elisabeth, ZANDOMENEGO, Diva. **Leitura e Produção Textual Acadêmica I**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANOVIC, Roz (Orgs.) **Situated Literacies**. London: Routledge, 2000.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____ (Org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p.15-59.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

STREET, Brian. **Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento**. Teleconferência Unesco Brasil sobre "Letramento e diversidade", outubro 2003.

Artigo aceito em dez. 2014.